

26. SGEB – SOCIEDADE GESTORA DE EQUIPAMENTO DE BRAGA, S.A. – AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E INTERNALIZAÇÃO:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, a retoma do processo de fiscalização prévia nº 1351/2021 que corre termos junto do Tribunal de Contas, tendo por impulso de legitimação a recente aprovação da LEI nº 12/2022, de 27 de junho. Proposta que se anexa.

PROPOSTA

**ASSUNTO: SGEB – SOCIEDADE GESTORA DE EQUIPAMENTOS DE BRAGA, S.A.
AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E INTERNALIZAÇÃO**

1. No espírito de evolução do Município de Braga, que tem norteado este o executivo municipal, ninguém pode, com verdade, negar a atuação da sua ação como um verdadeiro catalisador do desenvolvimento local com repercussões nos municípios vizinhos.
2. A sua ação e concretização de importantes projetos nas mais diversas áreas da sua atividade, consubstanciadas nos domínios da gestão e organização, têm proporcionado ganhos de economia, eficiência e eficácia.
3. Imbuído do mesmo espírito, este executivo municipal entende ser crucial continuar a ter como objetivo principal o bem-estar das suas populações, ao lado da promoção e desenvolvimento sustentado nas suas diversas competências e no estrito cumprimento das normas que regulam a sua atividade.
4. Referimo-nos particularmente às atribuições que cabem aos municípios, em geral, e ao Município de Braga, em particular, constantes do artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, segundo o qual elenca, no seu n.º 2, as atribuições que lhe cabem levar a cabo.
5. A complexidade dos problemas enfrentados pelos segmentos de atividade com que implica, ao lado da assunção de responsabilidade e atribuições legalmente cometidas aos municípios, conduz a que o Município de Braga reequacione os modelos de gestão de certo tipo de equipamentos chamando a si as responsabilidades inerentes e as competências que lhe cabem, a que não são alheios os anteriormente indicados.
6. Face à pretensão de assumir as atribuições disseminadas por entidades estranhas à defesa do interesse público, pretende o município de Braga dar impulso à implementação de um modelo de gestão pública que evite eventuais abusos, aumente a

qualidade dos serviços prestados, e, no que respeita ao controlo, acautele a sustentabilidade económica e financeira, com eficiência e eficácia infraestrutural.

- 7.** Para o executivo municipal torna-se imperioso que, no âmbito da atividade e atribuições que lhe cabem, seja o mesmo diretamente responsável pela gestão do seu objeto social que integra um conjunto de equipamentos desportivos e de lazer e infraestruturas municipais que é, por direito próprio, uma atribuição dos órgãos autárquicos, que se estende desde o planeamento, à gestão e fiscalização.
- 8.** Não surpreende, por isso, que o entendimento deste executivo vá no sentido de dissolver e liquidar a sociedade em que detêm participação minoritária, com vista à internalização da atividade através da assunção da totalidade das participações sociais.
- 9.** Isto é, o município é titular de 49% da SGEB – Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga S.A. (“SGEB”), empresa constituída em 11 de novembro de 2008, com um objeto social que consiste na criação, construção, desenvolvimento, financiamento, instalação, requalificação, apetrechamento, manutenção e conservação de diversos equipamentos desportivos e de lazer e infraestruturas municipais, sendo os restantes 51% pertencentes a empresas de natureza privada.
- 10.** Neste contexto, não pode, não deve e não é aconselhável a manutenção desta situação, daí que tivesse equacionado uma mudança de estratégia que passa por adquirir as participações aos parceiros privados através de acordo celebrado com os mesmos e com os credores da sociedade, com a posterior dissolução, liquidação e internalização das funções desempenhadas pela SGEB.
- 11.** O processo foi iniciado e conduzido durante o ano de 2021, encontrando-se em sede de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas no âmbito do processo de fiscalização prévia n.º 1351/2021.
- 12.** Certo é que a metodologia seguida foi agora validada pelo disposto no artigo 220.º da Lei do Orçamento do Estado para 2022 (Lei n.º 12/2022, de 27 de junho), na medida em que nos termos do seu n.º 1, os municípios, durante o ano de 2022, podem adquirir a totalidade das participações sociais das sociedades comerciais em que tenham participação com a finalidade exclusiva de proceder à subsequente internalização nos

seus serviços das atividades desenvolvidas pela sociedade comercial participada, que é o caso.

13. Acresce que, nos termos do disposto no n.º 7 do mesmo artigo 220.º da Lei do Orçamento de Estado para 2022, a aquisição de participações locais ao abrigo do presente artigo se encontra sujeita à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, devendo a mesma ser objeto de comunicação nos termos do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.
14. Compreende-se, assim, que seja do interesse do Município de Braga prosseguir o caminho já trilhado que permitirá pôr cobro a esta forma de participação, quer pela via da ação, quer pela via de execução, diretas.
15. Neste sentido, procedeu à análise comparativa das possibilidades, a partir dos dados nos últimos dois/três anos, donde se retira que a aquisição das participações aos parceiros privados, a dissolução e a liquidação da sociedade apresentam notórios ganhos de eficiência, consubstanciando a opção que melhor satisfaz ao nível económico e financeiro, os interesses do município.
16. Comparativamente, é esta a solução que melhor assegura a gestão municipal, uma vez que o modelo de gestão privada, não se afigura aconselhável, para além de não cumprir os objetivos estratégicos pretendidos.
17. Esta posição encontra-se vertida no Plano de Dissolução da SGEB submetido à aprovação desse executivo municipal em reunião de 04/12/2020 e aprovado pela Assembleia Municipal em sessão de 22/12/2020.
18. É, pois, no domínio do desenvolvimento que o município deverá assegurar a gestão que passa pelo investimento nos bens existentes com a consequente extinção da empresa, liquidação e internalização das atribuições que desenvolvia.

Na sequência do exposto, submeto à deliberação deste órgão executivo a presente proposta para retomar o processo de fiscalização prévia n.º 1351/2021 que corre termos junto do Tribunal de Contas, tendo por impulso de legitimação a recente aprovação da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho.

O acordo de acionista já alcançado, deverá ser adaptado à realidade atual, e o processo instruído com os documentos de suporte já apreciados e aprovados pelos órgãos municipais competentes, que materializam os estudos técnicos que comprovam o benefício económico-financeiro e social decorrente da internalização das atividades desenvolvidas pela sociedade comercial participada para a entidade pública participante, face à situação atual, seguindo-se a restante tramitação processual.

Sob o ponto de vista dos encargos, o município assumirá as responsabilidades decorrentes da dissolução e liquidação da SGEB por transmissão global do património (ativo e passivo) para a sua esfera jurídica, tal como decorre do Acordo de Credores e Acionistas.

A operação que se propõe constitui um decréscimo de despesa para o município, mormente com a extinção dos contratos de arrendamento relativos aos bens propriedade da SGEB, traduzindo uma poupança financeira expectável por referência à data de 31 de dezembro, 2021, de cerca de €52,4M (fonte: EY).

Por fim, no que se prende com a assunção de encargos pelo Município, nos termos do disposto no n.º 8 do mesmo artigo, os municípios podem contrair empréstimos de médio e longo prazo destinados à aquisição das participações locais, sendo dispensados do cumprimento do limite do n.º 1 artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Braga, 15 de julho de 2022

O Presidente da Câmara Municipal,



Ricardo Rio